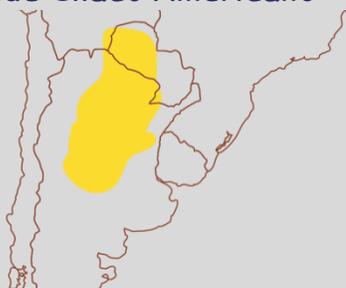


CADERNO DE CASOS

GRANDE CHACO AMERICANO



**4****PROGRAMA FORTALECENDO
AS DEFENSORAS AMBIENTAIS (PDA)**REGIÃO DAKI-SV:
Grande Chaco AmericanoCATEGORIA PRINCIPAL:
Inovação e Organização SocialCATEGORIAS COMPLEMENTARES:
Produção BiodiversaGRUPOS IDENTITÁRIOS:
Mulheres**1. DADOS GERAIS****1.1 RESUMO**

O Programa Fortalecendo às Defensoras Ambientais é uma iniciativa de inovação social que visa contribuir para o fortalecimento de grupos de mulheres de base na Argentina, Bolívia e Paraguai, que lutam por seus direitos a partir de uma perspectiva de justiça socioambiental com perspectiva de gênero. Sua estratégia se baseia no apoio a grupos liderados por mulheres que lutam pela defesa da água, de seus territórios, de seus direitos e os direitos de suas famílias e comunidades, principalmente no semiárido do Grande Chaco Americano. Recentemente estão expandindo sua área de atuação para a região da Puna e nos sistemas de Zonas Úmidas.

O programa Defensoras Ambientais articula diversas estratégias com mulheres indígenas, camponesas e mulheres de bairros populares urbanos contra a violência ambiental, através do apoio financeiro, técnico, político e comunicacional, para: visibilizar as lutas e resistências das defensoras ambientais; acompanhar o fortalecimento das capacidades organizacionais e de incidência; gerar diversos espaços de redes, articulações e alianças entre grupos; e implementar diversos suportes para monitorar, intercambiar e produzir informações sobre situações de violação de direitos humanos na perspectiva socioambiental e de gênero.

1.2 ATORES PRINCIPAIS

A experiência une um grupo sumamente heterogêneo de protagonistas. As principais são os Grupos de Defensoras Ambientais (GDA) conformados por mulheres indígenas, camponesas e de bairros populares de zonas urbanas, que lutam contra a violação dos direitos humanos desde uma perspectiva socioambiental e de gênero, atribuindo-se e identificando-se como Defensoras Ambientais. O Programa não faz distinção por idade ou dissidências sexuais como forma de diferenciação interna, seu alvo são as mulheres, principalmente camponesas e indígenas, mas também existem alguns GDA urbanos em bairros populares.

A coordenação geral do Programa é realizada pela Fundação *Plurales*, Fundo de Mulheres do Sul (FMS) e CCIMCAT (Centro de Capacitação e Pesquisa da Mulher Camponesa de Tarija). Outras organizações vinculadas são a Aliança Global pela Ação Verde e de Gênero (GAGGA) e a UICN-Holanda (União Internacional para a Conservação da Natureza) que apoiam organizações da Bolívia e do Paraguai.

Durante as várias etapas do Programa, diversos atores participaram e seu financiamento teve várias origens (*Both End*, *International Land Coalition*, Ministério do Desenvolvimento Social). Aqueles que se vinculam, realizam contribuições específicas para a experiência, construindo e cooperando para o processo em si. Somam-se, também, nas diversas iniciativas territoriais, atores regionais (Programa SEDCERO, Plataforma Semiáridos da América Latina, Iniciativa Mulher Rural) e atores locais específicos para gerar alianças e articulações de acordo com os objetivos específicos, por exemplo, funcionários de diversos Ministérios, técnicos e pesquisadores de diferentes instituições de I&D (Investigação & Desenvolvimento), incentivando-se também a criação de redes territoriais com outros grupos e associações locais.

1.3 ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES

O Programa Defensoras Ambientais alcançou **53 organizações dos três países participantes e mais de 7.000 mulheres da região do Chaco**. A participação é dada por meio de chamadas abertas, nas quais os Grupos de Defensoras Ambientais apresentam suas propostas de trabalho a serem apoiadas financeira, política e tecnicamente.

As organizações estão entrando e saindo do Programa, o número de coparticipantes não é mantido fixo durante todo o processo, sua participação depende do que acontece com cada organização e das definições delas. Também pode acontecer que organizações que não são beneficiárias diretas do Programa (coparticipantes) participem de algumas atividades, uma vez que também são Defensoras Ambientais de acordo com as atividades que realizam. Cada organização participante está incluída em outras redes nacionais e/ou regionais mais amplas, além de participar do Programa. Isso implica pensar que existem **destinatários diretos e indiretos** que amplificam a chegada e o impacto do Programa.

Durante os primeiros anos (2014-2017) **participaram 18 organizações**: *Mujeres Qopiwini-Lafwetes*, Formosa, Argentina. *Mujeres Raíces - Santa Clara*, Jujuy, Argentina. *Mujeres de Yacuiba Yural* - Tarija, Bolívia. *Mujeres de la Asamblea del Pueblo Guaraní (APG) de Villa Montes* - Tarija, Bolívia. *Grupo de Mujeres Artesanas de Santa Rosa* - Pde. Hayes, Paraguai. *Mujeres Organizadas del Municipio de Entre Ríos* - Tarija, Bolívia. *Comunidad Guaraní El Tabacal* - Salta, Argentina. *Mujeres Campesinas MOCAFOR* - Formosa, Argentina. *Juntas Triunfaremos* - Santiago del Estero, Argentina. *Mujeres Libres del Norte Cordobés* - Córdoba, Argentina. *Mujeres de la APG Yakulgua* - Tarija, Bolívia. *Mujeres Guaraní de la Capitanía Karapari* - Tarija, Bolívia. *Mujeres Mejorando el Chaco* - Salta, Argentina. *Mujeres Campesinas Organizadas* - La Rioja, Argentina. *Madres de Barrio Ituzaingó Anexo* - Córdoba, Argentina. *Mujeres Guaraní de Machareti* - Boquerón, Paraguai. *Organización de Mujeres MISMO Indígenas* - Pte Hayes, Paraguai. *Amuppodes* - Yacuiva, Bolívia.

No encontro de Defensores Ambientais em 2019, **participaram 13 organizações da Argentina**: *Mujeres Defensoras del Hábitat Natural de la comunidad de Casa Grande*, Vizcarra y El Portillo (Casa Grande, Vizcarra y El Portillo - província de Jujuy - Argentina); *Movimiento de Mujeres Indígenas y Campesinas por el territorio* (Los Paños- província de Jujuy - Argentina); *Gestando sororidad* (Tostado - província de Santa Fe - Argentina); *Mujeres de Amaicha* (Amaicha del Valle - província de Tucumán - Argentina); *Movimiento Intercultural de Mujeres* (San Rafael - província de Mendoza - Argentina); *Asociación Civil de la Mujer Rural* (Colonia Bello Horizonte, San Pedro - província de Misiones - Argentina); *Equipo de Mujeres del Movimiento Campesino de Formosa* - MOCAFOR (Colonia Loma Senés, Pirané - província de Formosa - Argentina); *Mujeres Sembrando Esperanza* (Coronel Juan Solá - província de Salta - Argentina); *Mujeres Campesinas Organizadas y Cooperativa El Chacho* (Chañar y Los Colorados - província de La Rioja - Argentina); *Asamblea por la Vida de Chilecito* (Chilecito y Famatina - província de La Rioja - Argentina); *Vecinxs Unidxs en Defensa de un Ambiente Sano* (Barrio San Antonio, Córdoba Capital - província de Córdoba - Argentina); *Frente de Mujeres del Salado Norte* (Boquerón - província de Santiago del Estero - Argentina); *Asociación Civil de la Granja La Verdecita* (Santa Fe capital - província de Santa Fe - Argentina).

8 organizações da Bolívia: (1) Centro de Capacitación e Investigación de la Mujer Campesina de Tarija- CCIMCAT (Tarija - departamento Tarija - Bolívia); (2) Asociación de Mujeres de la provincia de O'Connor-AMPRO-Municipio de Entre Ríos (Entre Ríos - província de Ampro - Bolívia); (3) Asamblea de Pueblo Guaraní APG-Yaku-Igua (Departamentos de Santa Cruz, Chuquisaca y Tarija -



Bolivia); (4) Integración de Mujeres Organizadas del Municipio de Bermejo (Bermejo – departamento de Tarija – Bolivia); (5) APG Zona Villa Montes (Villa Montes – departamento de Tarija – Bolivia); (6) APG Zona Carapari (Carapari – departamento de Tarija – Bolivia); (7) ORKAWETA (Yacuiba – departamento de Tarija – Bolivia); (8) Organización de Mujeres Indígena Guaraní de Bolivia – OMIGB-APG NACIONAL (Tarija – departamento de Tarija – Bolivia).

E 7 organizações do Paraguai: *Asociación de Artesanas Ayoreas* (Comunidad Campo Loro, Filadelfia – Paraguay); *Organización de Mujeres Indígenas Guaraní de Macharety* (Zona de Laguna Negra – departamento de Boquerón – Paraguay); *Comisión de Mujeres Áva Guaraní Tekohá Sauce* (Reserva Limoy – departamento de Alto Paraná – Paraguay); *Coordinadora Departamental de Mujeres de San Pedro* (Liberación – departamento de San Pedro – Paraguay); *Grupo de Mujeres Artesanas de Santa Rosa* (Cerrito – departamento de Presidente Hayes – Paraguay); *Mujeres de la Comisión de Víctimas de la Masacre de Curuguaty* (Marina Kué, Curuguaty – departamento de Canindeyú – Paraguay); *Rebeldes del Sur* (Bañado Sur, Asunción, departamento Central, Paraguay).

A partir da Reunião, o PDA decide priorizar a segurança dos GDAs com base na escalada da violência e nas ameaças que sofrem com as tentativas de avanço do extrativismo em seus territórios e, por isso, as listas das diferentes organizações participantes não são mais publicadas. Durante 2020, devido à situação da pandemia, são realizadas reuniões virtuais onde mais **de 130 mulheres integrantes de 35 organizações da Argentina, Bolívia e Paraguai** participaram. **O nível de participação dessas organizações é elevado**, uma vez que o apoio financeiro e técnico-político visa o empoderamento direto dessas mulheres e a construção de um coletivo organizado que reconheça interesses comuns e lutas compartilhadas.

1.4 LOCALIZAÇÃO

A experiência está localizada principalmente na região do Chaco Americano, uma ecorregião de grande diversidade, tanto ambiental quanto social. Por sua extensão (1.066.000 km²) constitui a maior massa florestal da América do Sul, depois da Amazônia, e abrange territórios da Argentina (62,19%), Paraguai (25,43%), Bolívia (11,61%) e Brasil (0,77%). Sua população camponesa e indígena, assim como as grandes reservas de recursos naturais como a água e a terra, estão atualmente em risco devido ao avanço da agricultura e da pecuária industrial, entre outros problemas. A partir do ano de 2018, o Programa Defensoras incorporou outras duas regiões: a Puna e o Sistema de Zonas Úmidas.

1.5 REFERÊNCIA TEMPORAL

Sobre a referência temporal, podemos diferenciar duas fases do processo PDA:

- Primeira fase. Anos 2014–2017. Criação do Programa, com financiamento da União Europeia para a região do Chaco Americano (Argentina, Bolívia e Paraguai).
- Segunda fase. Anos 2018–2021. Novo projeto da União Europeia, centralizado na Argentina (incorporaram-se outras duas regiões: Puna e Sistema de Zonas Úmidas). Parceria com a Aliança GAGGA e UICN para apoiar projetos na Bolívia e Paraguai. Em 2020, por causa da pandemia, o PDA passa à modalidade virtual para continuar desenvolvendo as redes, encontros e o acompanhamento das iniciativas.

1.6 DESAFIO PRINCIPAL

A criminalização e a violência contra as pessoas que defendem o meio ambiente, principalmente as mulheres, tem aumentado como resultado da expansão do setor agropecuário capitalizado e das indústrias extrativas, repercutindo na intensificação dos conflitos nas comunidades rurais. Diante dessa situação, o principal desafio do Programa Defensoras Ambientais é fortalecer grupos de mulheres de base que lutam por seus direitos na perspectiva da justiça socioambiental, com abordagem de gênero, e tornar visíveis suas lutas e resistências contra as múltiplas ameaças em toda a região.



A iniciativa parte da convicção de que a forma mais eficaz de se proteger e se defender da criminalização e da violência é gerar um projeto comunitário local com uma perspectiva regional sustentável, que respeite as diferenças com um horizonte político que posicione essas lutas nos territórios e na região. Para isso, um dos maiores desafios é a construção de redes locais e regionais a partir de seu reconhecimento como grupo de interesses comuns e lutas compartilhadas. O contexto da pandemia tornou mais complexo esse desafio de fortalecer os GDAs, agravando o isolamento das comunidades, dificultando ainda mais a possibilidade de reunir-se, forçando a utilização das novas tecnologias e obrigando a mudanças nas dinâmicas previamente estabelecidas para a constituição e manutenção das redes locais e regionais.

1.6 OBJETIVOS E DIMENSÃO RESILIENTE

O objetivo geral do Programa Defensoras Ambientais é contribuir para o fortalecimento do processo organizacional de grupos de mulheres de base territorial, que lutam contra a violação dos direitos humanos a partir de uma perspectiva socioambiental e de gênero. Para tal fim, se estabelecem como objetivos específicos:

- a) promover ações conjuntas para enfrentar os problemas ambientais e delinear agendas políticas que permitam construir um “poder fazer, dizer e pensar”;
- b) estimular ações locais e regionais para incluir a discussão de temas relativos às perspectivas de gênero na elaboração e execução de políticas públicas ambientais;
- c) incidir nas políticas públicas com equidade e igualdade de oportunidades desde uma perspectiva de gênero.

Esses objetivos, promovidos desde as organizações coordenadoras, permitiram fortalecer a resiliência dos GDAs a partir da construção de redes locais e regionais duradouras.

2. DESENVOLVIMENTO DA EXPERIÊNCIA

2.1 CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO, AMBIENTAL E ECONÔMICO

A região do Chaco Americano é a segunda região florestal mais importante da América Latina depois da Amazônia. Esta região caracteriza-se pela sua extraordinária multiplicidade de recursos naturais e biodiversidade, bem como pela heterogeneidade de culturas e povos. Nas últimas duas décadas, essa região tornou-se um espaço de constantes disputas entre os interesses do modelo econômico extrativista e a luta dos povos pelo uso consciente, respeitando os recursos naturais para o sustento da vida humana e dos ecossistemas.

O atual modelo de desenvolvimento econômico da Argentina, Bolívia e Paraguai favorece a expansão agropecuária em grande escala, a mega mineração e outras indústrias extrativas. As medidas governamentais favorecem a exploração, a acumulação de capital e a concentração de recursos naturais como a água e a terra. A correlação desse modelo nos territórios, no aspecto social, é o aumento da exclusão, a violação dos direitos, o deslocamento e despejo dos antigos habitantes rurais de seus territórios, principalmente camponeses e comunidades indígenas. Por outro lado, no aspecto ambiental, o modelo produz efeitos contraproducentes, como aumento do desmatamento, poluição dos recursos (água, solo, ar) e aumento da vulnerabilidade por falta de água, um bem comum fundamental na região semiárida. A superexploração dos recursos afeta diretamente a reprodução da vida das comunidades rurais e suas atividades socioprodutivas. Somam-se a esse cenário, os efeitos da mudança climática na região, que produzem forte impacto nas populações rurais vulneráveis que não conseguem se adaptar rapidamente às mudanças nas temperaturas, variações estacionais e das precipitações com o decorrente prolongamento dos ciclos de seca (Juárez e Becerra, 2020).



Os problemas provocados pelo modelo econômico extrativista e as mudanças climáticas agravam as históricas desigualdades de gênero. No contexto rural, as mulheres e as meninas são muitas vezes as últimas a se alimentar; enfrentam maiores riscos de saúde e segurança quando os sistemas de água e saneamento não estão assegurados ou encontram-se comprometidos; e assumem uma carga maior de trabalho doméstico e de cuidado quando acabam os recursos.

O progresso e fortalecimento do modelo econômico extrativista têm correlação com a criminalização, violência e violação dos direitos humanos daqueles que buscam defender seus territórios e recursos naturais diante de seu avanço. E são as mulheres as que sofrem com as consequências da falta de acesso aos recursos naturais, e são elas que expõem seus corpos e arriscam suas vidas para resistir às ameaças e intimidações dos protagonistas do modelo extrativista.

Segundo um relatório da *Global Witness*, mais de dois terços dos assassinatos registrados no mundo ocorreram na América Latina e, em 2012, 40% das pessoas assassinadas eram defensoras ambientais pertencentes a comunidades indígenas. Além disso, a região do Chaco, por ser área de fronteira, está exposta aos piores tipos de violência, como o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, o tráfico de mão de obra e de órgãos por parte do crime organizado.

Como síntese é possível relacionar os principais problemas e desafios enfrentados pelas mulheres defensoras no Grande Chaco Americano:

- a)** *Violências contra as mulheres.* A violência, assédio, intimidações, assédio judicial, vigilância ilegal, desaparecimentos forçados e até assassinatos de mulheres camponesas e indígenas representam riscos e ameaças importantes. Elas são consideradas uma ameaça para o modelo extrativista, por tal razão as estratégias de apoio coletivo e de comunicação são um desafio fundamental.
- b)** *A segurança e a soberania alimentar não asseguradas.* Em geral, são as mulheres as que desenvolvem as atividades de produção de alimentos em seus lares e/ou comunidades e são as que lidam com as dificuldades cotidianas. Embora as mulheres rurais sejam, muitas vezes, relegadas nas agendas políticas, o desafio é incluir seus conhecimentos na concepção e desenvolvimento de políticas agrícolas e alimentares.
- c)** *Falta de acesso ao direito humano à água segura e ao saneamento.* Nas zonas rurais, as mulheres e meninas são responsáveis de conseguir a água para o lar, isso pode demandar de 2 a 4 horas de seu dia, podendo envolver deslocamentos de até 6 km (SEDCERO, 2014). O acesso adequado à água e ao saneamento reduz o risco de ataques e abusos sexuais no caminho para coletar água e permite mais tempo para outras atividades educacionais, de lazer e diversão.
- d)** *Falta de acesso e direito à terra.* As mulheres rurais geralmente não têm acesso à propriedade da terra, nem acesso ao crédito agrícola, de fato, apenas 30% das mulheres rurais possuem terras agrícolas e não têm acesso aos meios de produção (*Land Matrix*, consultado em 10/6/2021).
- e)** *O aumento do extrativismo dos recursos naturais na região.* Desde o ano de 2010, o desmatamento não para de crescer exponencialmente na região do Chaco, produzindo um grave impacto ambiental que afeta diretamente a flora e a fauna, impacta nas mudanças climáticas e aumenta a possibilidade de enchentes. Soma-se a isso o crescimento da monocultura, principalmente a produção de soja, para maximizar o rendimento da terra, mas também o esgotamento de seus nutrientes. O desdobramento desse modelo é a violência e os despejos de comunidades camponesas e indígenas que devem se deslocar a áreas urbanas próximas.



Diante desse cenário, em 2014, a Fundação *Plurales* e o Fundo de Mulheres do Sul criaram o Programa Defensoras Ambientas, que analisaremos a seguir.



Figura 1 Grupo de Defensoras Ambientais. Fonte: Fundación Plurales

2.2 PROCESO DA EXPERIÊNCIA

Desde a sua criação, o Programa de Fortalecimento de Defensoras Ambientais (PDA) declara como objetivo geral contribuir para o fortalecimento do processo organizacional de grupos de mulheres de base territorial que lutam contra a violação dos direitos humanos sob uma perspectiva socioambiental e de gênero. A estratégia geral do PDA abrange uma série de elementos: Encontros das Defensoras Ambientais, oficinas temáticas de debate e reflexão coletiva, estratégias de comunicação e visibilidade, e o apoio financeiro e técnico para grupos de mulheres, denominados Grupos de Defensoras Ambientais (GDA), para que possam executar estratégias de luta pela justiça ambiental nos territórios.

Esta iniciativa, seus objetivos e estratégias surgem da articulação de duas trajetórias políticas e organizacionais: a Fundação *Plurales*, que prestava apoio técnico e político a diferentes grupos de mulheres do Grande Chaco Americano, e o Fundo de Mulheres do Sul, que dava apoio financeiro a grupos de mulheres. Também se incorporaram outros elementos próprios da cena regional *chaquenha*.

A seguir, apresentamos uma reconstrução analítica da linha do tempo desta iniciativa, seus principais marcos e aprendizados (gráfico N°1):



Gráfico N°1 - Linha do tempo do Programa de Fortalecimento de Defensoras Ambientais

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas, 2021.

Em 2003, a Fundação *Plurales* começou a apoiar um pequeno grupo de mulheres para formar a primeira comissão sobre a problemática das mulheres rurais no Encontro de Pequenos e Médios Produtores do Chaco Americano, na cidade de Villamontes, Bolívia. Essa comissão (e o acompanhamento da Fundação *Plurales*) foi mantida em reuniões posteriores: Chepes, La Rioja (Argentina, 2005); Muyupampa e Monteagudo (Bolívia, 2006); Yacuiba (Bolívia, 2007); Córdoba (Argentina, 2009); Assunção (Paraguai, 2010).

Em 2011, produto das experiências anteriores, criou-se o “Coletivo de Mulheres do Chaco Americano”, com a participação de mais de 450 mulheres da Argentina, Bolívia e Paraguai. Desde a sua criação, esse Coletivo aborda diversas problemáticas que afetam as mulheres: produtivas, educacionais, sociais, políticas, afetivas e outras. Com esse trajeto prévio, de valiosas lições e aprendizados do Coletivo, surge o Programa Defensoras Ambientais, focado no protagonismo das mulheres rurais, camponesas e indígenas, atendendo à dimensão ambiental no Grande Chaco. Esse programa orientou-se a grupos de mulheres que enfrentavam problemas de violência e ameaças por parte das empresas extrativistas, conflitos pelo acesso à terra ou à água, ou também, que lutavam contra o aumento do extrativismo dos recursos naturais do território.

O PDA adotou, a partir da experiência do Coletivo de Mulheres, três modos de ação: **(a)** os encontros de mulheres, **(b)** vinculação território local-regional e **(c)** a relevância da comunicação. A modalidade de espaços de “encontro” entre mulheres, serviu para compartilhar e analisar problemas comuns e romper o isolamento, refletindo e pensando junto a outras, intercambiando experiências e aprendizados, e planejando ações comuns sobre problemas cotidianos a partir de uma perspectiva de gênero. Nesses espaços, foi se desenvolvendo um “nós” que gerou uma sensação de pertencimento, sentindo-se visíveis e reconhecidas pelas outras em seus territórios. No PDA, esse “nós” está ligado à identidade de “Defensoras Ambientais”. Também, no PDA, é retomada uma articulação das ações regionais com o trabalho local fazendo foco nas organizações (grupos, associações, cooperativas, comunidades, sindicatos) para criar mecanismos de influência na tomada de decisão, tanto na esfera pública quanto no setor privado, e promover políticas que permitam a igualdade de



gênero. No PDA, em decorrência das dificuldades e necessidades expressadas pelas mulheres para o acesso à informação e à comunicação, surgem processos de organização e comunicação coletiva.

Por sua vez, o Fundo de Mulheres do Sul acrescentou sua experiência ao brindar ajuda econômica a grupos de mulheres para diversos assuntos por meio das chamadas. Essa modalidade de patrocínio econômico a grupos de mulheres foi adotada pelo PDA para trabalhar no apoio aos grupos em suas lutas por conflitos ambientais.

Somado a essas trajetórias, em 2014, com o apoio da Fundação *Plurales* e do Fundo de Mulheres do Sul, algumas organizações de mulheres do Grande Chaco começaram a identificar e problematizar o conceito de “Defensoras Ambientais” e a discutir em termos do reconhecimento do que denominaram “Justiça Ambiental” (retomando a Legarda e Pardo Buendía, 2011). O conceito de Justiça Ambiental permitiu tratar questões biológicas e sociais de desigualdade que colocavam as mulheres em piores condições para enfrentar os impactos das ações de saques e degradação dos territórios, e também, ofereceu a possibilidade de observar os problemas ambientais de uma forma mais integral. Este grupo de organizações de mulheres desenvolveu um processo de identidade e diferenciação vinculado à defesa ambiental dentro dos grupos de mulheres da região do Chaco. Nas oficinas de fortalecimento das organizações de mulheres surgiu com força a necessidade de articular e consolidar uma rede de defesa dos bens naturais, a terra e a água.

No fim de 2014, os diversos aprendizados mencionados deram lugar a uma aliança entre as organizações Fundo de Mulheres do Sul, o Centro de Capacitação e Pesquisa da Mulher Camponesa de Tarija (CCIMCAT) e a Fundação *Plurales* para criar o Programa de Fortalecimento dos Grupos de Defensoras Ambientais do Chaco Americano (Paraguai, Bolívia e Argentina) com financiamento da União Europeia.

O PDA, desde sua criação, deve ser entendido como um processo contínuo com diversas fases e marcos significativos:

Fase 1 - Anos 2014 a 2017 - Mulheres e Justiça Ambiental no Grande Chaco como estratégia regional unificada

Nesta primeira fase, o PDA procurou apoiar com recursos financeiros e técnicos o fortalecimento dos Grupos de Defensoras Ambientais, para a governança dos recursos naturais com equidade de gênero; desenvolver capacidades e ferramentas para influenciar nas políticas públicas; realizar capacitações em direitos; e apoiar a apropriação de tecnologias específicas de acesso à água na região do Grande Chaco Americano.

A estratégia para desenvolver essas ações implicou, entre janeiro e março de 2015, o lançamento de uma chamada aberta de projetos do Programa Fortalecimento às Defensoras Ambientais para apoiar organizações de mulheres de base. Esse chamamento esteve orientado para os problemas ambientais a partir de uma abordagem de justiça ambiental e igualdade de gênero. Nessa chamada, foram recebidas 60 propostas (31 da Argentina, 12 da Bolívia e 17 do Paraguai); 25 foram selecionadas e, finalmente, 11 grupos de mulheres receberam a financiamento. Posteriormente, outros sete grupos também receberam apoio.

Nesta fase, foi criado o Observatório de Justiça Ambiental para monitorar os conflitos ambientais e as lutas das mulheres na região do Chaco.

No final desta etapa, surge uma estratégia unificada e geral para todos os grupos de mulheres participantes na região do Grande Chaco. Foram realizadas reuniões de debate, oficinas de intercâmbio e capacitação, e apoio a redes e alianças. Os grupos de mulheres desenvolveram seus projetos ou planos, que foram monitorados por parte das organizações promotoras.



Fase 2 - Anos 2018 a 2020 - Estratégia geral unificada, diferenças na aplicação por país e novas regiões.

Em 2018, a equipe de direção delineou uma nova proposta da União Europeia focada na Argentina e acrescentou, além da região do Chaco, a região de Puna e o Sistema de Zonas Úmidas. Essa estratégia manteve a mesma lógica geral da primeira fase, mas ampliou as regiões de aplicação. Por outro lado, a capacidade de influenciar foi consolidada e ampliada por meio da incorporação de outros atores como a *Global Alliance for Green and Gender Action* (GAGGA) e a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN-Holanda), que começou a funcionar especialmente na Bolívia e no Paraguai. Nesses países, não se continuou com as chamadas e a escala não foi ampliada a outras regiões.

Nesta fase, foi se elaborando também uma nova retórica e reflexão na aliança entre mulheres a partir dum “feminismo de ação e reconhecimento de direitos”. Essas alianças entre organizações, compartilhando problemáticas e lutas semelhantes, foram essenciais para enfrentar atores fortes como as indústrias extrativas ou os próprios Estados. Exemplos disso foram os casos de Tariquíá (Bolívia) contra as indústrias petrolíferas; da comunidade de Sauce (Paraguai) contra os despejos forçados pela hidrelétrica de Itaipu; ou a luta contra a perseguição às defensoras ambientais em Morillo, Salta (Argentina). Como aprendizados desses casos, ficou claro que, embora as mulheres estejam mais expostas à violência e vulnerabilidade, visualizar essas lutas a partir de uma perspectiva de gênero é altamente relevante a nível regional. Há uma crescente criminalização das mulheres comprometidas com a luta pela defesa do meio ambiente e dos bens comuns, e a forma mais eficaz de cuidar de si é gerar um projeto comunitário local com visão e conexão regional, onde as organizações da região contribuam com alianças, redes de coesão e visibilidade.

Em 2018, um marco destacado foi o desenvolvimento da “Rota de Aprendizagem Mulheres e Acesso aos Recursos Naturais, Água e Terra”, uma instância de formação teórico-prática nos territórios com os GDAs das três regiões, para valorizar experiências, especialmente na gestão comunitária da água.

Por último, outra mudança aconteceu em 2020, neste caso sem ser planejada, como resultado da situação de pandemia e quarentena, o Programa passou a realizar suas atividades virtualmente. Dessa forma, tanto as oficinas quanto os encontros anuais trinacionais passaram a ser virtuais. O encontro anual de 2020 contou com a participação de mais de 130 mulheres, em quatro oficinas trinacionais virtuais, entre os meses de agosto e setembro. A partir dum levantamento feito nas organizações, foram tratados quatro temas de interesse e três problemáticas transversais. Os assuntos foram: 1) acesso e gestão de água segura; 2) direito à terra e ao território; 3) indústrias extrativas e 4) soberania e segurança alimentar. Os problemas transversais a tratar, foram: 1) violência contra mulheres defensoras ambientais; 2) segurança das organizações e 3) impacto da crise climática nos territórios. A virtualidade significou o novo desafio de aprender a usar ferramentas de conectividade e incorporar novas capacidades em TICs, como positivo se ampliaram as instâncias de encontro e participação. Nesse sentido, desde o PDA promoveu-se o desenvolvimento de uma App para comunicação entre as defensoras, e uma plataforma web para divulgação dos diversos resultados da iniciativa.

Fase III - Desde 2021 - Novas estratégias de expansão para outras regiões.

Em 2021, inicia-se uma nova fase, focada em gerar novas estratégias para ampliar o número de países e regiões de atuação. Esta nova fase está em construção. Ao longo das diversas fases do Programa Defensoras Ambientais, participaram diversos atores, grupos, redes, somando-se diversos financiamentos e apoios políticos e técnicos. Essa iniciativa patrocinou 53 grupos de mulheres, atingindo mais de 7.000 mulheres com suas ações desde a sua criação.



2.3 DESCRIÇÃO TÉCNICA DE ARTEFATOS E PROCESSOS INOVADORES

O Programa Defensoras Ambientais é uma inovação social. Suas principais contribuições são uma estrutura de suporte técnico, financeiro, de comunicação e uma rede de contenção para Grupos de Defensoras Ambientais do Grande Chaco Americano. Da mesma forma, dado que o Programa financia iniciativas de GDA, também são promovidas diversas formas de organização, processos técnicos e artefatos. Isso implica que a experiência é uma inovação social, mas, ao mesmo tempo, as diversas inovações locais devem ser respeitadas e fortalecidas.

As principais características do PDA se estruturam em atividades interligadas que envolvem tecnologias e/ou inovações específicas. É possível marcar alguns elementos no acompanhamento aos GDAs (ILC, 2018):

1. Seleção de grupos de defensoras ambientais para apoio técnico e doações. A iniciativa utiliza o instrumento “chamada pública de projetos PDA” para patrocinar diversos tipos de iniciativas locais de Grupos de Defensoras Ambientais na região do Grande Chaco. Não é necessário que os grupos sejam constituídos formalmente ou ser pessoa jurídica para candidatar-se, basta que seja um grupo de mulheres e que queiram realizar ações de defesa do meio ambiente.

As chamadas são divulgadas por meios virtuais, e as organizações apresentam de forma escrita a suas propostas através de um formulário que será avaliado pelas organizações coordenadoras do Programa Defensoras Ambientais. Os GDAs selecionados entram no programa por três anos, período em que recebem apoio técnico e a doação para a execução de seus projetos. No primeiro ano, geralmente recebem financiamento para fortalecer o grupo, para depois começar com as ações concretas para a defesa do território, razão pela qual inicialmente são cobertos gastos em mobilidade, serviços de telefonia ou internet e combustível. No segundo e terceiro ano, as doações destinam-se a realizar ações específicas de defesa da terra e do território (por exemplo, contratação de advogados para iniciar ações judiciais, impetrar mandados de segurança para impedir despejos, etc.).

2. Oficinas de capacitação para o fortalecimento institucional, incidência pública e comunicação dos GDAs. Os GDAs selecionados participam de oficinas de capacitação ministradas por especialistas ou pelos próprios GDAs; e/ou o desenvolvimento da “Rota de aprendizagem” para compartilhar experiências, tecnologias e saberes entre mulheres das diversas regiões num exercício teórico-prático num território e com instruções para escalar em outros territórios.

3. Visitas técnicas territoriais a organizações selecionadas. Desde o PDA são realizadas visitas ao território, acompanhamento e apoio técnico-político aos GDAs para o desenvolvimento de capacidades organizativas e de incidência política no território. As visitas permitem colaborar com o desenvolvimento dos projetos e estratégias dos GDA. Também constituem uma instância de acompanhamento na gestão das doações e de estímulo à participação nas reuniões do PDA.

4. Conformação de redes e alianças entre os GDAs. Para gerar sinergias entre os GDAs, durante os três anos de duração do Programa, são realizados Encontros anuais trinacionais de Defensoras Ambientais (um em cada país entre 2014 e 2017). Cerca de 200 mulheres da Argentina, Paraguai e Bolívia participam desses espaços para compartilhar suas problemáticas e suas estratégias de ação ou resistência. Esse mecanismo coletivo possibilita o fortalecimento das redes e alianças dos GDAs, o lhes permite sustentar suas ações e ter maior visibilidade territorial.

5. Monitoramento e geração de informação sobre violação dos direitos humanos. Nesse caso, foi desenvolvido um “Observatório de Justiça Ambiental” (OJA) para gerar informações e análises sobre as situações de violação de direitos humanos na região. Nesse sentido, o OJA redigiu, semestralmente, um Boletim com notícias de cada GDA, do setor em geral e informações relevantes do Programa Defensoras.



Dessa forma, constituiu-se como instrumento de pressão e denúncia social. De acordo com os promotores, muitos GDAs utilizaram essas publicações para chegar aos governos locais.

6. Comunicação e visibilidade das lutas ambientais dos GDAs. A utilização de campanhas de comunicação de alto impacto na defesa da terra e do território, o aplicativo das Defensoras Ambientais e a Plataforma Web são ferramentas fundamentais para potencializar o impacto das ações dos grupos de defensoras.

Essas atividades gerais do PDA, por sua vez, estão articuladas com a proposta específica que cada GDA apresenta para ser financiada e acompanhada técnica e politicamente, ou seja, o Programa atua no nível de cada grupo e no nível da articulação entre eles. Em ambos os níveis, existe o apoio econômico, técnico e político das organizações que coordenam o Programa. Nos diversos processos de intercâmbio de conhecimentos do PDA, busca-se pensar juntas sobre a importância do acesso a tecnologias apropriadas para o ativismo. Em alguns casos, essas tecnologias serão compartilhadas pelo Programa Defensoras Ambientais (como atualmente é o caso da plataforma web), ou serão propostas especificamente por cada GDA (neste caso, foram apresentadas diversas propostas de desenvolvimentos tecnológicos, como aquecedores solares de água, banco de sementes, recuperação e aproveitamento de plantas nativas, uma capinadeira, etc.).

As tecnologias do PDA são organizacionais, de processo e artefatuais. Ao longo do tempo de implantação do Programa, o acesso a essas tecnologias foi pensado e repensado coletivamente a partir das necessidades e prioridades dos GDAs.

Algumas das metodologias, tecnologias e inovações mais relevantes deste processo são:

- **Rota de Aprendizagem Mulheres e Acesso aos Recursos Naturais, Água e Terra.**

A Rota de Aprendizagem aconteceu de 20 a 25 de outubro de 2018 em Santiago Del Estero. Essa atividade pontual envolveu a articulação em parceria da Fundação *Plurales* (Argentina), o Fundo de Mulheres do Sul (Escritório do Paraguai) e CCIMCAT (Bolívia) em articulação com o Programa de Fortalecimento das Capacidades dos Grupos Defensoras Ambientais (GDA) para o acesso e governança dos recursos naturais; A Aliança GAGGA, o Programa SEDCERO, a iniciativa Mulher Rural e a Plataforma de Semiáridos de ILC-LAC. Também foi financiado pela Both Ends, a International Land Coalition e o Programa de Proteção Social do Ministério de Desenvolvimento Social e Saúde da Nação Argentina. A esses órgãos e instituições somou-se a participação de 54 mulheres, representantes de 19 organizações de Defensoras Ambientais e 5 organizações técnicas da Argentina, Bolívia e Paraguai.

Durante cinco dias, essa heterogeneidade de atrizes e atores realizou capacitações teóricas e vivenciais em construção, uso e manutenção de sistemas de captação de água de chuva (sistemas de placas e sistemas de concreto), práticas de incidência no governo local/nacional, elaboração de relatórios alternativos para as Nações Unidas, visitas a comunidades locais para aprofundar em tecnologias de acesso e uso eficiente da água.

Este exemplo específico da Rota demonstra que os espaços de encontro vivencial contribuem para a participação ativa, o intercâmbio de saberes plurais, o compartilhamento de lutas e experiências territoriais, a visibilidade das vidas das defensoras e o conhecimento mútuo. São espaços que buscam promover as capacidades criativas e inovadoras das defensoras ambientais para que liderem em suas comunidades o desenvolvimento das experiências exercitadas durante a atividade. Desta forma, as experiências visitadas e compartilhadas adquirem valor de reaplicação e escalabilidade em função das necessidades particulares de cada grupo.

O fato destacável do desenvolvimento dessa experiência é que a inovação surge como resultado de intercâmbios ativos entre os diferentes atores participantes, da articulação de saberes e experiências plurais



e não de uma transferência tecnológica específica alheia aos processos de cada grupo ou comunidade. Nesse processo, o Programa constrói esses espaços como “territórios de conhecimento” que envolvem a participação de diversos grupos sociais e não como uma capacitação na qual os técnicos transferem o conhecimento para o GDA.

Da mesma forma, tecer redes entre os GDAs é um objetivo fundamental de cada atividade desenvolvida na iniciativa. Por meio dessas redes, busca-se planejar estratégias de incidência em questões de “justiça ambiental” no marco da defesa dos Direitos Humanos. Por último, esse tipo de iniciativas busca desenvolver projetos de inovação que possam ser aplicados em cada comunidade específica partindo do conhecimento adquirido em cada instância. Como se pôde ver no exemplo da atividade “Rota de Aprendizagem”, as diversas iniciativas na execução do Programa são concebidas como ferramentas para fortalecer as capacidades dos GDAs em estratégias de incidência em políticas públicas, a criação de redes entre as defensoras e com novos e diversos atores, e, neste caso, contribuir para o cumprimento do direito das mulheres de acesso à água, instalando-o em todos os níveis da sociedade como uma questão de justiça ambiental (em outros casos acontece com o direito de acesso à terra, a soberania alimentar, o direito à comunicação e informação ou formas de luta contra a violência, conforme a atividade específica dentro do Programa).

O exemplo da Rota de Aprendizagem permite-nos ver como esta experiência funciona em termos sociais e tecnológicos. O acesso à tecnologia de autoconstrução para sistemas de captação de águas pluviais não é pensado como uma transferência de tecnologia, e sim como uma prática que articula as realidades sociais e políticas desses grupos, nos quais o conhecimento dessas tecnologias está diretamente relacionado à capacidade de aumentar a adaptação de suas comunidades às terríveis consequências da mudança do clima e do avanço do extrativismo.

A falta de água é uma ameaça concreta para as comunidades do Chaco, mas ao mesmo tempo é também uma moeda de troca política, onde alguns governos e líderes políticos usam a água em troca de votos nas eleições, e constitui um limite para a autonomia dessas comunidades. É nesse contexto que deve ser considerado o valor do acesso à tecnologia de autoconstrução de sistemas de captação de águas pluviais, sendo planejados levando em conta as realidades de cada um destes GDAs. E um fato não menor em todos esses processos, é que o desenvolvimento do Programa questiona, desde a perspectiva de gênero, as funções atribuídas a homens e mulheres, desde os lugares de liderança e representação, e neste caso específico o lugar atribuído na construção, ensinando às mulheres uma capacidade fortemente masculinizada. Dessa forma, o acesso à tecnologia, neste caso, também questiona as desigualdades históricas de gênero.

- **Observatório de Justiça Ambiental**

O Observatório de Justiça Ambiental (OJA) é uma ferramenta de visibilidade externa e de incidência política para as mulheres defensoras, cujo objetivo é romper o isolamento desses grupos e difundir suas lutas e demandas, bem como as violações de seus direitos. Dessa forma, desenvolveu-se uma ferramenta de comunicação para coletar, organizar, analisar e divulgar informações, notícias, documentos e recursos relacionados à situação das mulheres defensoras. O OJA também permite a geração de redes e alianças entre organizações, promovendo a troca de experiências. Sua implementação ocorre por meio da socialização dessas experiências; compartilhar notícias, propostas, documentos, histórias; e a realização de um acompanhamento permanente da legislação da região em relação aos problemas das mulheres. Busca uma participação constante e ativa dos GDAs no desenvolvimento e montagem do mesmo, que se constrói a partir de suas contribuições. No entanto, a avaliação do funcionamento do OJA para atingir esses objetivos mostrou a necessidade de repensar algumas questões e aprender de seu processo de implementação. Nos últimos anos, a necessidade de fortalecer as capacidades de defesa e segurança das mulheres defensoras, num contexto de avanço do extrativismo e da violência nos territórios, fez com que o OJA permanecesse como parte específica



duma Plataforma que combina diferentes objetivos, como o desenvolvimento de uma página web e um aplicativo para celulares, com o objetivo de ampliar o fluxo de comunicação e ação das defensoras dos três países.

- **Plataforma web de Justiça Ambiental e de Gênero e Aplicativo para celular.**

No caso da Plataforma de Justiça Ambiental e de Gênero, a mesma surge do OJA e o contém. Foi criada em 2020, ano marcado pelo isolamento e distanciamento social e pelo crescimento da virtualidade, para contribuir ao fortalecimento e capacidade de resiliência dos GDAs e para potencializar as estratégias de visibilidade e incidência. A Plataforma busca sistematizar informações sobre os problemas socioambientais nos territórios dos três países. Dentro da Plataforma, o OJA é mantido como um boletim informativo para os grupos e para o público em geral. Além disso, entre os produtos originados no âmbito da plataforma estão o site e o aplicativo.

O primeiro procura brindar uma cobertura permanente e atualizada da situação das demandas, problemas, ações comuns e propostas desenvolvidas em cada GDA. Também oferece diversos recursos audiovisuais e uma biblioteca com material escrito, como os boletins do OJA, e informa sobre chamadas e notícias relacionadas à temática do Programa. É de livre acesso, permitindo divulgar massivamente o que acontece nos diferentes territórios em que vivem as defensoras ([clique aqui](#) para acessar a Plataforma).

Já o aplicativo é para uso interno das defensoras amparadas pelo Programa, e tem o objetivo de diminuir as lacunas de informação e diálogo entre elas. Permitindo-lhes maior acesso a informações relevantes, agilizando a divulgação entre organizações, instituições e os diversos atores e atrizes que se articulam no âmbito do Programa. Por meio dessa tecnologia busca-se gerar um diálogo contínuo entre os diferentes grupos de defensoras e potencializar suas capacidades de influenciar na agenda pública. Embora o acesso a este tipo de tecnologia tenha a limitação da conectividade, o acesso à eletricidade e equipamentos específicos (computadores, celulares), o seu desenvolvimento responde ao fato de que cada vez mais grupos têm acesso a diferentes tipos de dispositivos móveis e conexão a Internet, isso permite aproveitar a oportunidade para melhorar os canais de circulação da informação num novo território, o virtual, tornando-o também um espaço seguro para propor estratégias que minimizem as vulnerações geradas pelo isolamento e a distância geográfica.

Durante 2019, a Plataforma foi elaborada e apresentada às organizações durante as visitas territoriais e foi enriquecida com as contribuições das defensoras. É uma ferramenta pensada com e para as organizações, pelo qual a sua implementação é participativa e inclusiva. Foi elaborada coletivamente nas diversas oficinas, reuniões (presenciais e virtuais a partir de 2020) recebendo as propostas das defensoras sobre os conteúdos, a visualização e critérios de segurança. Durante o contexto de pandemia, a plataforma tornou-se um espaço para dar continuidade aos encontros, o diálogo e os aprendizados coletivos, ao mesmo tempo em que o aplicativo foi utilizado para divulgar informações sobre cuidados básicos e segurança nessa nova situação de isolamento.

Como é possível observar, esta experiência é pensada a partir de seus aspectos sociais e tecnológicos. Essa iniciativa consegue construir em parceria um complexo arcabouço entre atores sociais, artefatos e sistemas organizacionais, em função dum contexto situado, gerando, por suas condições de desenho e implementação, a promoção da inclusão social e a geração equitativa de benefícios, a participação das defensoras ambientais, a socialização dos aprendizados coletivos e a adaptação das estratégias às condições locais. Da mesma forma, buscam um controle socializado dos diversos artefatos, processos e conhecimentos gerados durante a execução do Programa.



2.4 RECURSOS NECESSÁRIOS

Recursos financeiros

O PDA dispôs de importantes financiamentos. As principais fontes econômicas do PDA foram a União Europeia, a UICN-Holanda, a Aliança GAGGA e *Both Ends*. No entanto, o desenvolvimento das iniciativas concretas nos territórios envolve, às vezes, outras fontes de financiamento específicas, como a *International Land Coalition*, o Plano de Proteção Social do Ministério de Desenvolvimento Social e Saúde da Nação Argentina, e fundos locais.

O financiamento de um programa dessa escala requer recursos econômicos para financiar a rota de aprendizagem (viagens e diárias para quase 60 pessoas desde diferentes províncias da Argentina, Bolívia e Paraguai); o Boletim OJA (um recurso humano); o desenvolvimento e manutenção do aplicativo (US\$ 3.000 dólares); apoio ao fortalecimento do GDF (uma equipe de gestão do programa e financiamento para o apoio dos GDAs que varia de acordo com a necessidade, em média entre US\$ 2.000 e US\$ 4.000).

Recursos técnicos

Os encontros, as capacitações, a rota de aprendizagem, o site, o aplicativo, todos precisam de pessoal técnico especializado. Os perfis técnicos são fundamentais para esses processos: empáticos, comprometidos, experientes, capacidade de ação em diversas situações, tempo dedicado ao ativismo, capacidade de mobilização, experiência, conhecimento, formas de organização territorial, valores culturais.

Esses recursos são fundamentais para o desenvolvimento de qualquer iniciativa no âmbito do Programa e permitem analisar as contribuições das partes e doadores nos processos de transformação complexos, inovadores, mas também perigosos (considerando o contexto extrativista), impulsionados pelas defensoras nas lutas socioambientais. Pensados como “territórios do saber”, essas instâncias se alimentam das experiências e dos conhecimentos das defensoras como recursos necessários e fundamentais para sua implementação.

Recurso tempo

As oficinas, as visitas, os encontros, as iniciativas GDA e a plataforma apresentam diversas dinâmicas, necessidades e tempos de implementação. No caso dos Encontros Trinacionais de Defensoras Ambientais, são realizados anualmente, pensados para um número reduzido de dias para que as representantes dos grupos possam viajar. Isso significa deixar suas casas, empregos e as tarefas que realizam em suas famílias, comunidades e organizações. Este evento excepcional (anual) com a presença de representantes dos GDAs visa compartilhar e tornar visíveis as lutas locais e trinacionais, originando redes com outros atores e atrizes para informar e divulgar essas lutas, e gerar circuitos de intercâmbio entre os grupos no nível local e regional, reforçando as capacidades organizacionais e de comunicação. Esses encontros são financiados especificamente e constituem o espaço para a avaliação das atividades e a tomada de decisões coletivas.

Por outro lado, as oficinas e visitas territoriais são instâncias mais localizadas focadas na capacitação e na troca de experiências relacionadas a temas específicos (comunicação, acesso à água, acesso à terra, etc.), demandando menos tempo.

No que diz respeito ao uso do tempo, esta é uma experiência que deve ser pensada em relação às experiências de vida das mulheres. Quando os GDAs apresentam as propostas candidatas ao apoio técnico, político e econômico, não agregam novas obrigações e tarefas, e sim fortalecem as ações que já vinham realizando. O Programa não lhes impõe ações, embora estabeleça espaços específicos de encontro e intercâmbio, que funcionam a partir das ações propostas pelas próprias defensoras. Em seu cotidiano, essas mulheres dedicam tempo à defesa de seus territórios e bens naturais, expõem seus corpos para frear o avanço do extrativismo nas



comunidades. Neste caso, a experiência busca fortalecer as mulheres como “defensoras ambientais” para essas lutas e resistências e, embora a participação em oficinas e encontros necessariamente implique um tempo extra, isso deve ser avaliado em função da potencialidade organizacional que essas instâncias produzem.

A partir do Programa, os GDAs recebem financiamento específico para realizar seu plano de ação e, além disso, oferecem-se espaços de capacitação e discussão, como os Encontros e capacitações elaborados de acordo com as necessidades levantadas pelas próprias organizações. Da mesma forma, desde uma abordagem de gênero, é importante destacar que o Programa possibilita questionar os papéis atribuídos a homens e mulheres nas comunidades e nos grupos, valorizando e fortalecendo o papel das mulheres como líderes e dirigentes, mas também gerando capacidades que questionam a divisão sexual do trabalho.

É um tipo de experiência que é avaliada e repensada, tanto no nível dos grupos coordenadores quanto em instâncias coletivas como nos Encontros Anuais, nessas instâncias os objetivos e recursos coletivos são rediscutidos (os GDAs dispõem de recursos financeiros próprios para o desenvolvimento de sua proposta). Da mesma forma, é importante destacar que o Programa permite que os GDAs deixem de participar caso se torne incompatível com seus tempos e necessidades, sendo que nessas situações, os recursos financeiros são redirecionados para outros grupos.

2.5 MECANISMOS DE VALIDAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O Programa é validado em diferentes instâncias e modalidades. Em primeiro lugar, as organizações coordenadoras do Programa estabelecem a agenda e os objetivos anuais, mas essas propostas são validadas em instâncias coletivas, principalmente nos Encontros Trinacionais em que se compartilham as experiências de cada GDA e, principalmente, serão avaliados os objetivos anuais e se definem os novos objetivos e atividades para o ano seguinte. Nesses espaços, dá-se uma forma de validação a partir do emocional e vivencial, levando em conta como muda a vida dessas mulheres quando são integradas a esse processo. Como expressou uma das Defensoras num dos encontros: **“Quando comecei a participar mudei meu jeito de ser. Mudei quando me atrevi a falar, para nunca mais me calar, porque tenho muito a dizer e partilhar”**. Essa mudança e o encorajamento a falar, devem ser entendidos como formas específicas de validação dessa experiência por parte das defensoras.

Como resultado desses Encontros, originam-se declarações coletivas que são mais um mecanismo de validação do processo. Como pode ser lido nas “Reflexões das participantes do Encontro Trinacional do Coletivo de Mulheres do Chaco Americano”: **“Somos mulheres, representantes de organizações de base de diferentes províncias e lugares da região do Grande Chaco da Argentina, Bolívia e Paraguai, algumas provenientes de comunidades muito isoladas, e pudemos participar pela primeira vez desse espaço de troca, podendo contribuir diretamente, sem intermediários, com nossa visão e problemáticas. As mulheres somos críticas e estamos mobilizadas diante das denominadas políticas de “desenvolvimento” promovidas por nossos governos na Argentina, Bolívia e Paraguai, que respondem a um modelo extrativista e produtivo que prioriza a acumulação de capital, colocando em risco a sustentabilidade das diversas formas de vida. Estamos cientes de que essas lutas exigem coragem, determinação e perseverança para deixar a nossos filhos e filhas um caminho aberto para o respeito aos seus direitos, o acesso à terra e à água, para continuar reproduzindo nossa cultura e nosso modo de viver e pensar os territórios”**.

Por outro lado, outro mecanismo de validação no âmbito destas instâncias coletivas de encontro, acontece nas oficinas através do desenvolvimento da técnica FOFA, para a identificação de Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças. Nessas instâncias territoriais/locais, as Defensoras destacaram que a experiência aprofundou a ajuda recíproca e a união entre os grupos e o trabalho em equipe, melhorou a comunicação e o



diálogo entre elas, possibilitou instâncias de participação, viagens e encontros, e permitiu-lhes o acesso às chamadas de projetos que desafiem a capacidade para comunicar e agregar parceiros ao trabalho.

O processo de tomada de decisões está centrado nas ONGs que realizam a coordenação do projeto, são tomadas macro decisões sobre como avançar com o Programa. Posteriormente, nos encontros, as parceiras (Grupos de Defensoras Ambientais) podem solicitar mudanças e são avaliadas coletivamente. Assim, poderiam ser pensados dois momentos na tomada de decisões. Isso partiu, também, do processo de avaliação anual que efetuam as ONGs coordenadoras, analisando os indicadores, identificando as dificuldades e considerando a necessidade de estabelecer mudanças. Paralelamente, as organizações de base também discutem e avaliam diversas questões e, posteriormente, comunica-se e discute-se coletivamente. Até o início de 2020 eram feitas visitas presenciais territoriais, de avaliação conjunta e para pensar sobre os novos problemas a serem abordados. Duas visitas por ano e talvez uma terceira se necessário. Atualmente, no contexto da pandemia, pratica-se o mesmo esquema, mas de maneira virtual. É necessário levar em conta que o contexto da pandemia gerou mais problemas e fez mais necessário o acompanhamento dos GDAs.

2.6 RESULTADOS

Nos primeiros três anos do Programa (2014-2017) efetuou-se o fortalecimento técnico e financeiro de 18 GDAs, mais de 7.000 mulheres foram beneficiadas por esta iniciativa. A ajuda destinou-se principalmente a apoio jurídico no intuito de impedir despejos, fazer denúncias contra o desmatamento, e efetuar uma vigilância coletiva para que sejam observadas as leis como a nº 16.160. O apoio também se destinou a iniciativas agroecológicas e de acesso à água dos GDAs.

É uma iniciativa orientada às mulheres, porém os benefícios da experiência no âmbito comunitário atingem outros membros da comunidade, como é o caso do acesso à água ou à terra. Ao mesmo tempo, a visibilidade das violações dos Direitos Humanos e a divulgação das lutas e resistências, mesmo protagonizadas pelas Defensoras Ambientais, produzem resultados que abrangem o resto das comunidades. Nesse sentido, é importante identificar as destinatárias diretas do Programa (grupos GDA que recebem financiamento e apoio técnico e político) e os destinatários indiretos (as comunidades, os municípios, outros GDAs que não são destinatários diretos, mas participam de instâncias específicas). Feitos alcançados no final da primeira etapa do Projeto (2014-2017): Oficinas sobre Desenvolvimento de Recursos e Sustentabilidade em organizações de mulheres de base; 3º Encontro Trinacional do Coletivo de Mulheres do Chaco (um por ano); Visitas de apoio técnico e político; Relatórios do GDA sobre resultados da aplicação das doações; seis Boletins do OJA. Os resultados dessa etapa possibilitaram estabelecer a seguinte, partindo das lições aprendidas, dos erros e acertos, e isso permitiu escalar a experiência para outras regiões (Puna e Sistema de Zonas Úmidas) e fortalecer mais grupos na Bolívia e Paraguai através da articulação com Aliança GAGGA e UICN-Holanda.

O Programa Defensoras Ambientais tem como objetivo fortalecer e visibilizar a luta das defensoras ambientais, utilizando múltiplas estratégias que visam mudar a vida dessas mulheres, gerando redes de intercâmbio e apoio financeiro, técnico e também emocional e afetivo.

Alguns resultados concretos que melhoraram a vida das mulheres em termos ambientais, financeiros e/ou econômicos são: a restauração do acesso à água para 300 famílias do grupo de mulheres Artesãs Qom de Santa Rosa, Paraguai; a paralisação da concessão de terras da comunidade para exploração madeireira a partir de uma mobilização promovida pelas Mulheres do Município de Entre Ríos, Bolívia; a apelação das Mulheres Guaranis Kuñareta Japovea da Argentina contra o deslocamento de sua comunidade e a obtenção de uma sentença favorável que é um precedente fundamental na recuperação de seu território; a participação direta das mulheres camponesas da organização Juntas Triunfaremos, da Argentina, com seu programa radial



“Escucha Mujer” que lhes permite informar sobre o desmatamento ilegal de seus territórios e promover as formas de produção camponesa.

Em termos de estratégias de comunicação, como resultado do Programa, foram lançados cinco programas de rádio produzidos por defensoras ambientais, alcançando mais de 800 lares rurais. Também, como resultado das oficinas de capacitação, mais de 120 dirigentes receberam capacitação em Defesa de Direitos e Comunicação, Fortalecimento Institucional e Desenvolvimento de Recursos para a Sustentabilidade das Organizações. Os encontros anuais e as oficinas resultaram na formação de redes e alianças no âmbito regional, o que permite o fortalecimento das organizações e comunidades locais. Os resultados dessas instâncias permitiram a geração de agendas de trabalho consensuadas entre as organizações e a elaboração de acordos de cooperação e colaboração diante de conflitos comuns. Além disso, foram assumidos compromissos por parte de outros atores sociais, públicos e privados, para efetuar projetos e ações específicas nos territórios.

Outro resultado concreto é a participação das Defensoras em mecanismos e instâncias internacionais de proteção de seus direitos. Desta forma, por exemplo, participaram em outubro de 2016 na CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher) e na “Conferência sobre Povos Indígenas” das Nações Unidas em setembro de 2016. Este resultado responde a uma estratégia de incidência, em decorrência da formação dos GDAs, nos pactos internacionais ratificados pelos governos da Argentina, Bolívia e Paraguai no marco dos diversos comitês das Nações Unidas e em agendas globais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030. Resultando na participação da elaboração do Relatório Sombra. Incluindo o resultado de visibilizar as lutas e novidades dos territórios por meio do Observatório de Justiça Ambiental e da Plataforma.

Também, é importante destacar que o eixo do Programa é a “justiça ambiental”, visando o fortalecimento das mulheres que expõem seus corpos e se posicionam politicamente em defesa dos territórios e bens naturais. Levando em conta isso, a experiência tem resultados específicos ligados à redução dos impactos pela mudança climática e o extrativismo, já que são essas mulheres as que lutam e resistem a esse modelo em cada território. As redes e as alianças entre as mulheres, para atuar em defesa de seus direitos humanos, articulam lutas e demandas que confrontam atores fortes e poderosos, como as empresas extrativistas ou os latifundiários. Nesse processo, as mulheres são criminalizadas e suas vidas correm perigo e a forma mais eficaz de se resguardar dessa criminalização é a implementação de projetos comunitários locais com articulação regional, que construam um coletivo com interesses comuns e lutas compartilhadas das quais as defensoras ambientais são a face e o corpo visível. Dessa forma, as diferentes atividades e iniciativas do Programa visam à resiliência dessas mulheres e à redução dos impactos socioambientais em suas vidas e territórios. Particularmente, nos últimos anos do projeto, o acesso à água tornou-se uma questão chave de “justiça ambiental” nos três países, por isso iniciou-se a construção de sistemas de captação de água da chuva em diferentes comunidades. Em todos os casos, a implementação dessas construções é liderada por mulheres. Mas, além disso, como resultado do Programa, os GDAs começaram a propor diversas inovações tecnológicas que lhes permitem trocar suas formas de produção para formas mais ecológicas, e nos últimos anos têm solicitado financiamento para implementar inovações tecnológicas artefatuais ou organizacionais que permitam o desenvolvimento de modelos alternativos, principalmente ligados à agroecologia.

Por outro lado, o desenvolvimento da Plataforma de Justiça Ambiental e Gênero é um meio de contribuir para o fortalecimento e resiliência dos GDA, mas também é um resultado concreto para gerar informações e evidências empíricas dos problemas que esses grupos enfrentam. É um produto da incidência política dos GDAs, sistematizando informações fundamentais do contexto e as diversas propostas para enfrentar cada crise em particular. Nesse marco, os Boletins do OJA são resultados concretos do Programa.



Essa ferramenta contribui para enfrentar a crise ambiental a partir da sistematização e produção de informações, coletando, ordenando, analisando e divulgando as normas ambientais e os direitos humanos das mulheres; as ameaças e os riscos ambientais da região do Chaco americano; as violações dos direitos humanos, ao meio ambiente; as denúncias de inadimplência das leis de proteção ambiental; as campanhas de mobilização, reivindicação e luta das defensoras ambientais; estudos, mapas, recursos referentes à situação socioambiental; e o desenvolvimento e implementação de leis, políticas e medidas judiciais relacionadas a questões de justiça ambiental.

Desta forma, é importante destacar que os resultados do projeto podem ser interpretados em dois níveis. Por um lado, nas mudanças concretas produzidas nos territórios das comunidades a partir da implementação de projetos particulares para garantir o acesso à terra, à água, à comunicação. Isso melhora a qualidade de vida das comunidades, permite uma maior visibilidade das suas problemáticas e lutas e ativa a possibilidade de gerar redes locais e regionais de apoio. Por outro lado, há mudanças concretas nas vidas e subjetividades das mulheres defensoras que participam do projeto, fazendo com que se empoderem, que suas vozes sejam ouvidas e suas experiências de vida e saberes sejam valorizados e postos a dialogar com outros conhecimentos e experiências. Dessa forma, o Programa atua na comunidade e no indivíduo a partir da materialidade, mas também desde a afetividade.

Um resultado fundamental é o intercâmbio de aprendizagens sobre as estratégias entre os diferentes GDAs, compartilhar problemas e soluções. Alguns resultados são mais demorados, como a incidência política de cada GDA, ainda com algumas fragilidades sobre as quais é necessário continuar trabalhando, mas em outros casos há ótimos resultados, principalmente no intercâmbio de estratégias de adaptação à mudança climática, as estratégias vinculadas à produção agroecológica, compartilhadas entre os GDAs que vão aprendendo e adaptando a cada situação particular. Nesse sentido, pode-se dizer que o melhor resultado alcançado é a construção de uma rede de intercâmbio de saberes, experiências e práticas que fortaleçam o grupo e cada um dos GDAs.

Se o entendermos como um processo que se iniciou antes de 2014, com a experiência anterior no Coletivo de Mulheres, pode-se pensar que a categoria de “Defensoras Ambientais” é um resultado que permitiu a construção de uma identidade política coletiva e uma presença nos meios de comunicação, instalando intensamente a problemática na região, o que não acontecia em 2014, quando o Programa começou.

3. ANÁLISES DA EXPERIÊNCIA

3.1 INOVAÇÃO E/OU PROCESSOS DE APRENDIZAGEM INOVADORES

O Programa de Fortalecimento às Defensoras Ambientais é uma inovação social. É uma estratégia organizacional que visa fortalecer os GDAs da região do Grande Chaco. Para cumprir esse objetivo, a experiência articula e coordena diferentes tecnologias (de produto, processo e organização) como parte de uma intervenção que, embora regional, se adapta à realidade local e conta com a participação ativa das defensoras que viram produtoras tecno-cognitivas do delineamento dos problemas (que não são pontuais, e sim sistêmicos) e das soluções (que também são sistêmicas e não pontuais). As defensoras fazem parte da implementação da iniciativa e se apropriam das tecnologias e processos, adquirindo competências no decurso do desenvolvimento do Programa que, posteriormente, gera novas propostas de inovações nos territórios. Da mesma forma, torna-se evidente que surgem laços de confiança e afeto construídos entre as organizações coordenadoras e participantes e que as soluções para cada problema estão sendo construídas conjuntamente.

O ponto forte do Programa é o fortalecimento organizacional de cada grupo de mulheres Defensoras Ambientais, mas também do grupo que se identifica como tal, e parte desse fortalecimento surge de



implementar algumas inovações em particular, levando em conta as necessidades desses grupos. O que se tenta promover são espaços de encontro e intercâmbio para compartilhar problemas e soluções, nesses processos os grupos se fortalecem e a partir desse fortalecimento surgem inovações desenvolvidas pelos próprios grupos, fundamentalmente para disputar e contestar a forma de produzir. Neste panorama, não existem desenvolvimentos tecnológicos pontuais, e sim processos de intercâmbio de saberes, conhecimentos e experiências para delinear as soluções adaptadas a cada território.

No último ano, os GDAs promoveram diversos processos de desenvolvimento de tecnologias no intuito de reconverter a produção local, colocando o meio ambiente e a vida no centro. Nesse contexto, as sugestões dos GDAs desenvolvem propostas de produção agroecológica (ou sem agroquímicos), propõem a implantação de sistemas silvopastoris ou pastagens resistentes à seca, o desenvolvimento de um capinador, construir aquecedores de água solares, promover a captação de água de chuva por meio do uso de cisternas ou uso de água de mananciais sem alterar o ecossistema, são propostos processos de recuperação de plantas nativas ou a criação de um banco de sementes e o intercâmbio de sementes nativas. Tudo isso evidencia a tentativa de obter renda econômica a partir da realização de atividades que questionam o modelo de desenvolvimento atual e buscam realizar formas de agricultura e pecuária sem agredir o meio ambiente.

Nesse sentido, é interessante refletir que essas inovações são concebidas e propostas em cada território, mas a partir de uma articulação e intercâmbio prévio com outros GDAs compartilhando problemas, experiências e conhecimentos, criando soluções coletivamente.

3.2 FATORES DE ÊXITO

O maior sucesso da experiência é considerar as necessidades e demandas das próprias organizações de base. Que esses grupos estabeleçam o rumo e que suas propostas sejam o fundamento do Programa, que definam seus objetivos e os recursos necessários para cumpri-los. Ou seja, um fator de sucesso é nutrir-se dos problemas identificados pelas próprias defensoras e construir soluções baseadas no intercâmbio coletivo. Que as organizações possam apresentar seu próprio projeto e proposta de que não existam limites ou diretrizes impostas previamente, na medida em que o financiamento tende a ser muito específico ou direcionado, constitui um acerto do Programa. Também o fato de não ser necessário constituir pessoa jurídica para participar, permitindo que mais grupos possam ter acesso ao Programa.

Outro sucesso é o acompanhamento permanente por parte das organizações coordenadoras, isso significa que não se trata apenas de uma ajuda econômica outorgada aos GDAs, da qual deve prestar contas, e sim de um processo construído em parceria a partir das diversas instâncias de encontros, oficinas, intercâmbios. Isso permite que o Programa leve em conta o que acontece continuamente nos territórios e se alimente dessas experiências e do inesperado para estabelecer objetivos.

Outro fator de sucesso que podemos identificar é que o Programa não se constrói a partir de padrões previamente estabelecidos, tanto geograficamente e temporalmente, quanto ao nível de objetivos e destinatários. De tal modo que trabalhar no nível regional permite maior incidência, já que, mesmo que as problemáticas sejam situacionais e de caráter local, podem ser retomadas e reaplicadas por outros grupos em outras áreas e países, fortalecendo e tornando visíveis os processos específicos. Ou seja, existe um processo de construção coletiva e regional além das especificidades dos territórios específicos. Além disso, o Programa extrapola o nível regional e os GDAs participam de instâncias internacionais, que contribuem para o fortalecimento das redes coletivas e tornam visíveis suas demandas, direitos e lutas, fato que tem demonstrado ser um acerto importante para alcançar resultados.

No aspecto temporal, não deve considerar-se que o projeto só se iniciou em 2014, e sim entender que é um processo com uma etapa prévia de conhecimento e aprendizagem conjunta no âmbito do Coletivo de Mulheres.



Também, que não foi pensado no marco dos limites que impõem os prazos do financiamento, ao ser concebido como processo, diversas instâncias e espaços contribuem a uma mesma estratégia de fortalecimento desses grupos de mulheres ou GDAs. Da mesma forma, o Programa pensa em seus destinatários muito além dos GDAs que conseguem o apoio financeiro, político e técnico, e define e redefine objetivos baseados nos imponderáveis e necessidades que surgem nos territórios, o que lhe confere uma flexibilidade significativa para lidar com a heterogeneidade que surge em cada caso. Que o Programa seja entendido como um processo permite pensar e planejar em longo prazo, e trabalhar no escalamento da experiência, ampliando o alcance e a incidência.

3.3 LIMITAÇÕES

A perspectiva de gênero restrita às mulheres rurais.

A experiência está fortemente focada nas mulheres rurais, principalmente camponesas e indígenas da região do Chaco americano, de modo que há um claro limite para a participação de outros grupos sociais, principalmente homens e dissidências, na aplicação da iniciativa e na gestão de seus processos. Isso deve ser lido como um limite, mas não como uma limitação, pois parte da força da experiência, surge de visibilizar esses grupos de mulheres e da discussão das desigualdades de gênero presentes nos territórios.

Isolamento e dispersão territorial.

Em relação às limitações e desafios, a experiência deve abordar o isolamento e a dispersão de muitas comunidades às quais esses grupos pertencem. Por isso, um dos principais desafios é a comunicação, os encontros e a visibilidade dessas realidades locais. Tentou-se superar essas dificuldades por meio da capacitação e subsídios para as viagens e a participação das defensoras nos Encontros. No entanto, o PDA só financia os GDAs durante três anos, passado esse tempo os grupos voltam a ter dificuldade em superar esses problemas.

Autonomia e incidência política concreta.

Um dos desafios da experiência é que as mulheres defensoras obtenham autonomia e possam influenciar diretamente nas políticas e na sociedade. Atualmente, a coordenação dessa experiência está nas mãos de organizações promotoras, fundações, que, embora incentivem a participação constante das defensoras e definam com elas as diversas etapas e instâncias do processo, seria um grande desafio que os GDAs passassem a fazer parte da coordenação desta experiência ganhando em incidência política direta desde os próprios GDAs.

Escala do financiamento.

A estrutura do PDA requer grandes somas de financiamento para seu funcionamento. E caso não disponha desses recursos, o PDA não tem uma estratégia alternativa de sustentabilidade.

3.4 LIÇÕES APRENDIDAS

As principais lições aprendidas são:

- Compartilhar entre as mulheres as problemáticas que afetam a todas, além das particularidades locais. A importância do encontro e partilhar as experiências.
- Importância de valorizar os esforços de cada uma dentro da organização para construir um projeto coletivo.
- Administração dos recursos próprios e do PDA, por parte dos GDAs.



- Importância de atrever-se a falar e participar, superar a timidez e expressar as opiniões nas reuniões e debates. É importante destacar que essa “timidez” deve ser entendida no contexto de uma sociabilidade patriarcal e machista que excluiu as mulheres do espaço público e político.
- O diálogo como ferramenta de consolidação dos grupos e comunidades, e para intercambiar com outros grupos, gerando redes e alianças locais e regionais.
- Capacidade de influir nos outros através da divulgação de experiências em programas de rádio, encontros, pela Plataforma e diversas redes sociais para difundir, conscientizar e educar sobre o cuidado do meio ambiente. A importância da comunicação para visibilizar as situações que vivem as mulheres e o ambiente.
- A importância da rotação de funções dentro das organizações e grupos para fazer circular o conhecimento e entender o papel de cada tarefa. Também se reconheceu a existência de relações de poder dentro dos grupos na divisão de tarefas e é importante estar atento a isso e não a ignorar.
- Uma extraordinária lição aprendida é a importância da *palavra* tanto no intercâmbio, quanto para “curar”.
- Uma lição aprendida bem concreta e pontual está relacionada com o Observatório de Justiça Ambiental. Concluída a primeira etapa do Programa, avaliou-se que não estava cumprindo o objetivo proposto, não havia sido tão útil quanto o esperado, então se efetuou uma consulta para repensar sua função, e esses aprendizados foram usados, durante a segunda etapa, para construir a Plataforma, concebida como uma série de estratégias (o OJA tornou-se uma delas) para melhorar a comunicação entre as organizações. A determinação foi produto da tomada de decisão coletiva durante os encontros.

3.5 REPLICAR E/OU ESCALAR

A experiência das Defensoras Ambientais tem alcance regional, acontecendo em vários cenários locais na Argentina, Bolívia e Paraguai. Gera intercâmbios contínuos e visitas aos diferentes territórios comunitários, tanto por parte de técnicos/as, quanto de outras defensoras ambientais que dividem conhecimentos em diversas oficinas e encontros, ou projetos específicos como a “Rota de Aprendizagem”, em 2018. A experiência visa escalar através da sistematização e compartilhamento das aprendizagens e desafios, partilhando as experiências dos GDAs. O projeto pode escalar, também, através da construção de redes e alianças que permitam somar mais atores, agências, instituições e grupos de mulheres, e também as próprias defensoras em seus processos de organização e fortalecimento político vão incorporando mais mulheres às suas organizações ou articulando-se com outros grupos locais e regionais.

A experiência tem como prioridade a visibilidade dos diversos projetos e o compartilhamento de sua implementação e execução, que se apresenta como uma possível fonte de reatuação por outros grupos e organizações. São inúmeros os materiais que sistematizam detalhadamente cada encontro e oficina, seu desenvolvimento e conclusões.

O Programa começou centralizado no Chaco americano, mas no segundo momento ampliou-se, escalando a experiência, integrando as regiões da Puna e o Sistema de Zonas Úmidas. É uma iniciativa que pode ser adaptada a novos contextos, às particularidades locais e às realidades e necessidades de cada grupo. Em 2019 e 2021 a experiência foi ampliada, envolvendo mais GDAs. No caso da Argentina, por exemplo, começou com seis organizações, depois passaram a ser doze e agora são vinte GDAs diretamente envolvidos, demonstrando, claramente, o escalamento da experiência.



A experiência é atualmente coordenada e promovida pela Fundação *Plurales* e pelo Fundo de Mulheres do Sul, que administram a experiência e promovem as diversas atividades. Embora se destaque a constante participação e diálogo com as defensoras ambientais, deve-se levar em conta que a reaplicação e o escalamento da experiência dependem dessas organizações impulsoras e dos recursos financeiros e materiais que administram e que permitem estender a estratégia para outros grupos e regiões.

3.6 CONCLUSÕES

Uma das principais contribuições desta iniciativa de inovação social é a criação de redes entre os diferentes grupos de mulheres, ONGs, organismos de financiamento e outras agências, instituições e atores que permitem fortalecer e tornar visíveis os processos de organização, resistência e luta das Defensoras Ambientais do Grande Chaco Americano. Toda a experiência é um território de aprendizagem e conhecimento compartilhados em diálogo, que buscam gerar um exercício pleno dos direitos das mulheres defensoras e promover sua incidência política na região. Pelo próprio contexto em que vivem essas mulheres, não apenas pelas distâncias e o isolamento, mas também pelo avanço extrativista e a violência e criminalização que isso causa. O fato de gerar o encontro entre essas mulheres torna-se uma contribuição central da experiência, que permite consolidar processos organizacionais coletivos baseados no intercâmbio de experiências e ferramentas que sirvam para construir relações sociais superiores a partir de uma perspectiva de gênero. O Programa não apenas confronta a criminalização dessas Mulheres Defensoras, no marco dos projetos extrativistas, e tenta contribuir na defesa dos territórios e bens comuns, e também questiona os papéis de gênero impostos dentro das comunidades, empoderando essas mulheres como líderes e dirigentes, mas também, brindando competências que lhes permitem contestar as desigualdades historicamente construídas.

O Programa reúne diversos projetos, articulando o local com o regional para atender às particularidades situadas e, ao mesmo tempo, fortalecer um coletivo organizado de mulheres que, a partir da identidade de “defensoras ambientais”, consolida-se além das diferenças, exercendo seus direitos a partir de seu lugar de cuidadoras, mas também questionando papéis impostos e desigualdades históricas de gênero e étnicas, partindo da formação e capacitação para o empoderamento individual, para alcançar o fortalecimento coletivo e comunitário.

4. DEPOIMENTOS

“Nossos sofrimentos são muitos e vêm de anos. Lembro-me de quando era criança vendo nossos avós em Chiripá, vivendo do que a natureza oferecia: caça, pesca, verduras, frutas de todos os tipos e um rio muito transparente que passava sob a ponte Lavallén onde morávamos. Mas há mais de 10 anos a água começou a ser contaminada com os detritos das usinas de açúcar, o arrastamento de pesticidas e a extração de madeira, causando enchentes em nossos territórios de Vinalito, Talar, Palma Sola. Para piorar, apareceram proprietários estrangeiros em nossas comunidades e começaram os despejos. É muito triste ter que fugir carregando as famílias para escapar dos policiais. As mulheres são as mais prejudicadas por tudo isso, mas também somos as mais ativas na hora de nos unir para fortalecermos umas às outras”.

Juana, organização Kuñareta Japovae - Mulheres Raíces, Encontro em Córdoba, setembro de 2015.



“Para nós, falar de território é falar de cultura, falar de espiritualidade, é falar de educação, é falar de valores, é falar de nós mesmas, é falar de nossas identidades. Essa relação dos povos com os territórios como um todo.”

Mariela, Comissão de Acesso pelo Direito à Terra e Territórios, Encontros Virtuais, 2020.



Figura 2 Oficina das Defensoras Ambientais. Fonte: Acervo Fundación Plurales.

5. FONTES

Fondo de Mujeres del Sur. Visitada 01/06/2021. Web: <https://www.mujeresdelsur.org/>

Fundación Plurales. Visitada 01/06/2021. Web: <http://www.Plurales.org/>

Fundación Plurales (2020). Juntas, conectadas y en resistencia. Encuentro de Defensoras Ambientales. Sistematización de los talleres virtuales <http://plataformadefensorasambientales.org/wp-content/uploads/2021/05/Sistematizacio%CC%81n-Encuentros-DDAA2020-.pdf>

Fundación Plurales (2020). Dossier 2 - PROGRAMA MUJERES DEFENSORAS AMBIENTALES EN EL CHACO AMERICANO. <http://plataformadefensorasambientales.org/wp-content/uploads/2021/05/Ficha-2-Programa-Mujeres-Defensoras-Ambientales-en-el-Chaco-Americano.pdf>



Fundación *Plurales*, (2013), Bolivia, “Declaración Fundacional del Colectivo de Mujeres en Taller Argentino del Colectivo de Mujeres del Chaco Americano”, en <http://funplura.ferozo.com/descargas/taller%20argentino%20colectivo.pdf>

Juarez, P. y Becerra, L. (2020): Argentina frente al Cambio Climático y el escenario de su región del Gran Chaco, ¿cómo se articulan?, Ed. Fundación *Plurales*, Proyecto Euroclima Plus “Acción Climática Participativa: integrando los retos del cambio climático en el Gran Chaco”, Buenos Aires.

Juarez, P. (2021): Plan de Trabajo de Sistematización de Experiencias de Agroecología y Alimentos Resilientes al Clima en la Región del Gran Chaco Americano, Proyecto DAKI Semiárido Vivo, Fundapaz, Buenos Aires.

Plataforma Defensoras Ambientales. Visitada 01/06/2021. Web: <http://plataformadefensorasambientales.org/> [Boletín OJA #01 (septiembre 2015) /Boletín OJA #02 (junio 2016) / Boletín OJA #3 (septiembre 2016) /Boletín OJA #4 (mayo 2017) /Boletín OJA #5 (agosto 2017) /Boletín OJA #6 (2017) /Boletín OJA #7 (abril 2019) / Boletín OJA #8 (2020)]

RITIMO. Visitada 01/06/2021. Dossier Colectivo de Mujeres del Chaco Americano. Web: <https://www.ritimo.org/El-colectivo-de-mujeres-del-Chaco-americano>

Thomas, H., Juarez, P. y Picabea, F. (2015). ¿Qué son las tecnologías para la inclusión social? Cuadernillo 1. Ed. Red de Tecnologías para la Inclusión Social y Universidad Nacional de Quilmes, Bernal, Argentina.

Entrevistas com: • Marta Esber, integrantes de Fundación *Plurales*, cordenadores do Programa Fortalecendo as Defensoras Ambientais. Vía GMeet. Fecha: lunes 31 de mayo de 2021. • Nicolás Avellaneda, integrantes de Fundación *Plurales*, cordenadores do Programa Fortalecendo as Defensoras Ambientais. Vía GMeet. Fecha: lunes 31 de mayo de 2021.



O **Projeto DAKI – Semiárido Vivo** é uma iniciativa de Gestão do Conhecimento e Cooperação Sul-Sul entre regiões semiáridas da América Latina, com foco na ampliação da resiliência dos povos e comunidades dos semiáridos aos efeitos das mudanças do clima. Centrado nas regiões do Grande Chaco Americano (Argentina), Corredor Seco da América Central (El Salvador) e Semiárido Brasileiro, o projeto atua identificando conhecimentos acumulados em experiências de agricultura resiliente ao clima, para criar pontes e intercâmbios entre boas práticas e seus protagonistas, e desenvolver capacidades técnicas através de processos de formação. A ação é financiada pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), coordenada por duas redes da sociedade civil – Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e a Plataforma Semiáridos da América Latina –, e executada por um consórcio de organizações sociais: AP1MC do Brasil, FUNDAPAZ da Argentina e FUNDE de El Salvador.

A sistematização de experiências é um dos componentes do projeto DAKI-Semiárido Vivo, que tem como objetivos identificar, organizar, dar visibilidade e compartilhar

aprendizagens sobre experiências e boas práticas sustentáveis e mais resilientes às mudanças climáticas, nas três regiões de atuação do projeto. Respeitando a riqueza de contextos, atores, natureza e modos de vida que compõem os semiáridos, os processos de sistematização se deram de modo articulado e heterogêneo, partindo da diversidade dos territórios para a interseção proposta pelo DAKI-Semiárido Vivo. Nesse sentido, cada região desenvolveu metodologias e processos de sistematização próprios, que seguiram critérios e categorias comuns, adaptados aos contextos locais. Estes processos seguiram as seguintes etapas: levantamento e identificação de experiências; sistematização em profundidade; produção de materiais e intercâmbios de conhecimento. Este material é resultado do processo de sistematização em profundidade, que gerou a Coleção de Experiências DAKI-Semiárido Vivo e com seus respectivos Cadernos de Casos.

No Caderno de Casos do Grande Chaco Americano, foram identificadas, selecionadas e sistematizadas 20 experiências. A metodologia de sistematização consistiu em três etapas: (1) levantamento e análise de todos os materiais produzidos pela iniciativa e por terceiros, (2) entrevistas com os principais atores da iniciativa e (3) socialização com os atores da iniciativa para feedback, edição e ajustes finais do documento de sistematização. O procedimento de trabalho juntamente com as organizações da iniciativa, permitiu contar com as vozes dos atores e reconstruir, a partir de seus relatos, a linha do tempo e os principais elementos que identificam as experiências como inovadoras no tema agroecologia e alimentos resilientes ao clima (Juarez, 2021). Em todos os casos, foi realizada busca e sistematização de insumos das diferentes organizações integrantes da experiência, além da leitura exaustiva dos materiais disponíveis sobre a iniciativa. Posteriormente, com base nas informações coletadas, foram realizadas entrevistas para aprofundar a experiência com os atores e atrizes envolvidos. Por fim, a sistematização foi enviada às organizações de referência para socialização, feedback e encerramento do processo.

PUBLICAÇÃO

Metodologia, Elaboração e Texto

Paula Juarez

Edição e Revisão

Esther Martins e Gabriel Seghezze

Tradução

Federico García Blaya

Projeto Gráfico

André Ramos [AR Design]

EQUIPE PROJETO DAKI-SEMIÁRIDO VIVO

Coordenação Geral e Coordenação Semiárido Brasileiro

Antonio Barbosa

Coordenação Grande Chaco Americano

Gabriel Seghezze

Coordenação Corredor Seco da América Central

Ismael Merlos

Gerência de Sistematização de Experiências

Esther Martins

Gerência de Formação

Rodica Weitzman

Gerência de Monitoramento e Avaliação

Eddie Ramirez

Gerência de Comunicação

Verônica Pragana

Acompanhamento técnico, metodológico e de conteúdo

Júlia Rosas e Maitê Maronhas

Apoio Administrativo

Maitê Queiroz

Equipe de Monitoramento e Avaliação

Aníbal Hernandez e Daniela Silva

Equipe de Comunicação

Daniela Savid, Florencia Zampar e Nathalie Trabanino



Proyecto ejecutado por



Financiado por



Investindo nas populações rurais